

TRABALHO PREMIADO NA SEMANA DO JUDICIÁRIO

O CONCURSO PÚBLICO COMO INSTRUMENTO GARANTIDOR DA CIDADANIA PERANTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MARÍLIA DANIELA FREITAS OLIVEIRA

O concurso público é o meio técnico posto à disposição da administração pública para obter-se a moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público, e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da lei consoante determina o art 37, II, da Constituição da República. Pelo concurso se afastam, pois, os ineptos e apaniguados, que costumam abarrotar as repartições, num espetáculo degradante de protecionismo e falta de escrúpulos de políticos que se alçam e se mantêm no poder, leiloando empregos públicos.
Hely Lopes Meirelles¹

1 – RESUMO

O objetivo desse trabalho é demonstrar a importância do processo seletivo impessoal, o chamado concurso público, como forma de garantir a igualdade de todos frente à Administração Pública no tocante ao ingresso no serviço público. Tal instituto vem proporcionar maior moralidade e impessoalidade aos atos realizados pelo Poder Público demonstrando cuidado no trato da coisa pública, agindo com transparência e visando ao cumprimento do bem comum. A Constituição Federal andou bem ao estabelecer regras precisas para o ingresso no quadro de pessoal da Administração Pública amparadas pelos princípios gerais de direito e, principalmente, respeitando o cidadão em seus direitos. Tratamos, todavia, de explicitar os casos que a CFRB faz exceções e ressalvas tendo sempre por fundamento o interesse público, bem como salientamos situações específicas como: a situação dos deficientes, taxa de inscrição, natureza do direito do candidato à nomeação, etc. Por fim, analisamos doutrinaria e jurisprudencialmente, a possibilidade de nulidade dos atos realizados sem observância do preceito constitucional de prévio concurso público.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 21º ed. São Paulo: Malheiros, 1999

2 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende demonstrar que os atos realizados pelo Poder Público devem ser pautados nos princípios elencados na Carta Maior. Pretende, de igual sorte, demonstrar que a Administração Pública, ao praticar atos de admissão de pessoal, tem o seu atuar rigorosamente predeterminado no ordenamento jurídico pátrio, principalmente os dispositivos que tratam do concurso público, uma vez que tal instituto explicita o princípio da igualdade, que deve permear todo o ordenamento jurídico pátrio para salvaguardar a plenitude da cidadania.

Ao dispor sobre a Administração Pública, a Constituição Federal estabeleceu, dentre outros, o princípio da acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas disposto no art 37, I, in litteris:

Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

Ademais teve o texto Magno cuidado em determinar que a inobservância do requisito para a investidura em cargos ou empregos públicos, gera efeitos jurídicos que entendemos imediatos e que deságuam tanto em desfavor da admissão quanto contra o agente do Poder Público responsável pelo ato inconstitucional:

A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

Como não poderia deixar de ser, a Lei Fundamental da República estabeleceu também hipóteses de exceção ao princípio do processo seletivo impessoal dos agentes públicos, que, infelizmente, tem se transformado muito mais em um meio de burla e fraude, disfarçados pela desculpa das contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público².

Infelizmente, as autoridades públicas, em um exercício de má-fé e falta de responsabilidade para como a coisa pública, usam da exceção constitucionalmente prevista, o fazendo de forma distorcida para utilizar a Máquina Estatal em prol de interesses pessoais, favorecendo seus apadrinhados e desviando o atuar da

² É de todo incontestado que a contratação temporária possui aspectos positivos e enseja a ação rápida da Administração na assistência a situações de calamidade pública ou no combate a surtos endêmicos, além de possibilitar, p. ex. a contratação de professores substitutos e visitantes.

Administração dos preceitos jurídicos que devem norteá-lo³.

Outra exceção para aqueles funcionários que, embora não-concursados, trabalhavam no serviço público havia pelo menos cinco anos quando da promulgação da Constituição.

3 – A ISONOMIA ENQUANTO MEDIDA EXATA PARA O CUMPRIMENTO DA NORMA POSTA

A Constituição de 1988, em seu art. 5º, caput, afirma que todos são iguais perante a lei, sem nenhuma distinção. É o que chamamos de princípio da isonomia, parâmetro irrefutável de um Estado Democrático de Direito.

É baseado primordialmente nesse princípio que deve se pautar o atuar da Administração Pública, uma vez que, sendo gestor da coisa pública não seria conveniente estabelecer diferenças e preterições a qualquer cidadão.

Nossa Constituição Federal, denominada propriamente de Constituição cidadã veio dar a devida importância ao conceito de o que vem a ser realmente cidadania e como o cidadão deve agir para ter seus direitos respeitados. Aquele ultrapassado conceito que compreendia ser a cidadania o simples direito de votar e ser votado não tem mais salva-guarda no nosso ordenamento jurídico, já que diminui, consideravelmente, a importância do cidadão junto à sociedade⁴.

Sendo o cidadão o detentor de todo o poder do Estado, cabe-lhe não só a titularidade dos direitos políticos (votar e ser votado), mas de um leque muito mais amplo de direitos e obrigações. Compete-lhe, pois, fiscalizar o agir dos representantes eleitos, zelar pelo bom trato da coisa pública, exigir que os gestores públicos ajam baseados nos princípios da moralidade, impessoalidade, eficiência, dentre outros, sempre em busca da efetivação da cidadania.

A cidadania transformou-se em efetivo exercício e participação plena; o cidadão, consciente de seus deveres e obrigações, tornou-se, realmente o “Senhor

³ Em um ato que confirma o nosso entendimento, o TST entendeu por bem absorver em seu quadro permanente de pessoal 66 servidores antes classificados como “sem vínculo com o serviço público”. Ganham estabilidade no emprego e direito a aposentadoria integral. Os servidores tinham sido contratados entre 1984 e 1988. Na nova condição, passaram para o último nível da carreira de técnico judiciário, de nível médio, com salário de R\$ 2.486, excluídas gratificações. Fonte Diário do Pará, 25.08.2003.

⁴ É de se ressaltar que nem a Carta Política pátria concebe mais o cidadão a partir da legitimação para o exercício dos direitos políticos. Há diversos dispositivos que embasam esta

do Estado”.⁵

Em relação ao acesso ao serviço público, Diógenes Gasparini afirma que:

Para o acesso a cargo, emprego ou função não basta ser brasileiro. O interessado há, ainda, que satisfazer aos requisitos estabelecidos em lei.

No que tange ao serviço público, mais especificamente aos agentes públicos “stricto sensu” e as vias de acesso aos cargos, empregos e funções públicas, a Carta Maior estabeleceu, dentre outros, o princípio da ampla acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas (art 37, I)⁶. Tomando a expressão “ampla” no sentido próprio do termo, visto que possibilita o acesso de brasileiros e estrangeiros em concurso público. Isso não quer dizer, porém, que todos, indistintamente, possam participar do procedimento seletivo impessoal para a admissão no serviço público, pois há de se respeitar os limites e requisitos legais.

O que não se pode admitir é a restrição do concurso público a um grupo específico, como, por exemplo, somente poderem participar do certame aqueles que já forem servidores públicos⁷. Mesmo porque, agindo desse modo, o Poder Público estaria desrespeitando o princípio de que todos são iguais perante a lei.

E aqui é que paira a questão que entendemos relevante. Ao positivar o princípio do processo seletivo impessoal dos agentes públicos, a Carta Cidadã buscou constitucionalizar, na seara administrativa, a isonomia enquanto instrumento de aferição da aplicabilidade do princípio da impessoalidade.

Entendemos ser a isonomia um dos princípios basilares do Estado Democrático de Direito, razão pela qual concordamos que a regra da igualdade não consiste senão em quinhonar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem. Afinal, como, acerca da isonomia com a propriedade que lhe era peculiar,

concepção, p. ex. o inc. II do § 1º do art. 68 que distingue expressamente “nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais”. Ainda quando trata dos direitos políticos no art. 14 em nenhum dos dispositivos faz menção explícita ou implícita sobre a *cidadania*. No mesmo sentido o inc. LXXVII do art. 5º determina a gratuidade, na forma da lei, dos atos necessários ao exercício da cidadania. Por fim, merece destaque o disposto no art. 205 da CRFB: *a educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*. (Grifos meus).

⁵ Expressão cunhada por MELLO NETO, José Baptista. Op. cit. bibliografia final.

⁶ Art 37, I: “os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei”.

⁷ BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo, op cit. Bibliografia final

afirmava Barbosa⁸:

Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem.

Sobre o princípio da isonomia, observa Bastos que:

Desde priscas eras tem o homem se atormentado com o problema das desigualdades inerentes ao seu ser e à estrutura social em que se insere. Daí ter surgido a noção de igualdade a que os doutrinadores comumente denominam igualdade substancial. Entende-se por esta a equiparação de todos os homens no que diz respeito ao gozo e fruição de seus direitos, assim como a sujeição a deveres.

4 – CONCURSO PÚBLICO: MATERIALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

Tendo, ainda por escopo o princípio da igualdade, a Carta Magna estabelece que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em processo seletivo impessoal, como afirma o art 37, II⁹, ressalvadas, todavia, as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

O concurso público é o método mais indicado para o ingresso nos quadros da Administração por constituir-se na seleção do melhor dentre os pretensos candidatos a servidores¹⁰. É um processo competitivo, onde as vagas são disputadas pelos vários candidatos e os mais aptos são selecionados, retirando, pois, o estereotipo da má qualidade da prestação do serviço de alguns setores públicos que sempre é imputado ao servidor.

⁸ BARBOSA, Ruy. Oração aos moços, 1921. Disponível em <http://www.profpito.com/index.html>, acessado em 27.09.03, às 20h.

⁹ Art 37, II: “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.”

¹⁰ GASPARINI, Diógenes, op cit.bibliografia final.

Não se pode negar que não há melhor meio de seleção para o serviço público que o concurso. Embora de modo ainda insipiente, é garantidor do direito de que todos os que atendam às exigências legais possam ingressar nos quadros da Administração Pública.

Com o constitucionalização do instituto do concurso público pretendeu-se dar efetividade aos princípios da moralidade e da impessoalidade aos atos do Poder Público. De igual sorte, pretendeu o legislador extraordinário assegurar a igualdade entre os participantes do certame e garantir a supremacia do interesse público na medida em que o serviço público será exercido pelos mais capazes e com maior eficiência¹¹.

Como bem ressalva, Diógenes Gasparini, o concurso público vem a ser o procedimento posto à disposição da Administração Pública direta e indireta, para a seleção do futuro melhor servidor necessário à execução de serviços que estão sob sua responsabilidade.

Desse modo, a prática por parte da Administração, de admissão de pessoal sem observar o preceito constitucional de realização prévia de concurso público, de modo irreversível, fere, dentre outros, os princípios da moralidade, impessoalidade dos atos administrativos. E o gestor da coisa pública torna-se um tirano que realiza atos de interesse pessoal e ao seu bel prazer.

5 – EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DO PROCESSO SELETIVO IMPESSOAL DE AGENTES PÚBLICOS

A própria Constituição traz exceções quanto as hipóteses de incidência do princípio do processo seletivo impessoal de agentes públicos. Uma delas diz respeito aos cargos de provimento em comissão, declarada em lei de livre nomeação e exoneração (art 37, II), e às funções de confiança¹². A Lei Maior, no entanto, prevê que as funções sejam exercidas por servidores ocupantes de cargos efetivos, tenham ou não adquirido estabilidade.

Importa destacar que, para o ingresso na função comissionada, não há sequer nomeação do servidor, mas sim a designação, uma vez que a nomeação, e até a posse, se deram quando o citado servidor ingressou em cargo efetivo. E, ainda, que para a função comissionada a designação é a termo, isto é, há um lapso temporal no qual o servidor poderá permanecer no exercício da função. Vencido esse prazo

¹¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Op. cit., p.378.

¹² BASTOS, Celso Ribeiro. Op cit.

haverá a substituição, enquanto que para o cargo efetivo a nomeação, regularmente precedida do processo seletivo impessoal, se dá de forma definitiva e tendo o servidor adquirido estabilidade, só poderá ser demitido nas hipóteses exaustivamente elencadas nos incisos I a III do §1º do art 41 da CRFB.

Concordamos, pois, com a exceção da hipótese de provimento dos cargos em comissão, vislumbrando a necessidade de escolha de nomeando cuja confiança seja latente por parte do nomeador. Ressalte-se, todavia o possível comprometimento do interesse público, tendo em vista que não é uma escolha técnica e, como tal, não exigir o melhor profissional disponível, mas àquele cujo favorecimento é precípua por parte do administrador. Além de que essa exceção dá margem aos famosos “cabides de empregos”¹³, fruto de promessas eleitoreiras e que comprometem de forma veemente o progresso das atividades públicas¹⁴.

6 – A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR SUPERIOR INTERESSE PÚBLICO

A regra para admissão de pessoal é o concurso público, mas afora os casos supracitados, a CF estabelece outras exceções nas quais permite-se o ingresso de servidores na Administração Pública, sem prévio processo seletivo impessoal de agentes públicos. É o que nos mostra o art 37, IX¹⁵, onde é facultado ao administrador contratar, por tempo determinado, pessoal na hipótese de necessidade temporária de excepcional interesse público.

A exceção prevista destina-se a possibilitar contratação de pessoas para enfrentar situações extraordinárias e de caráter transitório. Entretanto, poderão os órgãos da Administração Federal centralizada, as autarquias e as fundações públicas efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos, mediante processo seletivo simplificado. Poderá, ainda, a contratação ser feita por meio de seleção a partir da notória capacidade técnica ou científica do

¹³ ARMANI, Anderson Mangini. Implicações jurídicas da contratação pela administração pública de servidor/ empregado sem prévia aprovação... op.cit.

¹⁴ Além desses, podemos citar os casos de: nomeação de membros dos Tribunais Superiores, inclusive do Tribunal de Contas da União. Ex vi arts. 73 §2º, 94, 101, 104, parágrafo único, II, 107, 111, §2º, 119, II, 120, II e 123 da CRFB.

¹⁵ Art 37, IX: “a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”.

profissional, mediante análise do curriculum vitae¹⁶, na hipótese de se tratar de professor visitante, ou pesquisador estrangeiro, ou ainda para atividades especiais nas organizações das Forças Armadas para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia; de identificação e demarcação desenvolvidas pela FUNAI; de análise e registro de marcas e patentes pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, dentre outros¹⁷.

As exceções à exigência do concurso, no entanto, têm se prestado a abertura de casos de manifesta inconstitucionalidade, abrindo caminho para ilícitos e favorecimentos pessoais, disfarçados, muitas vezes, por contratações por tempo determinado para atender esdrúxulas “necessidades excepcionais”.

Cumpre-nos ainda, informar que, nos casos de contratação temporária o regime jurídico a ser adotado é o regime da CLT, aprovado pelo Decreto – lei de nº 5452, de 1º de maio de 1943, e legislação trabalhista correlata¹⁸, uma vez que se entende ser essa contratação transitória.

Assim, todo um texto constitucional pautado no ideal de igualdade, e moralidade perde sua eficácia quando os gestores públicos não observam a necessidade social e o bem estar comum, e adaptam a lei aos seus convencimentos particulares.

Nosso estudo crítico deteve-se em abordar o concurso público como meio de recuperar a moralidade, impessoalidade e publicidade que deve nortear o processo de admissão de pessoal, bem como os demais atos públicos, tomando, pois, como parâmetro os princípios maiores da Carta Constitucional e salientando que o interesse da coletividade deve se sobrepor a meros interesses e convicções pessoais.

7 – CONCURSO PÚBLICO: REGRA DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PARA A VALIDADE DO ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL.

A obrigatoriedade do concurso público é para todos os casos de investidura em cargo, função ou emprego público. É de se indagar o motivo pelo qual o art 37, II, estipula que apenas para cargo ou emprego público exige-se concurso, deixa, pois de lado as funções públicas¹⁹. Isso se deve ao fato de que, conforme o dito alhures, as funções comissionadas serem privativas de servidores já ocupantes de cargos efetivos, e a designação é por tempo pré-estabelecido.

¹⁶ Art 3º da lei 8745/93, in Constituição Federal.

¹⁷ MELLO NETO, José Baptista. Op. cit. p.117.

¹⁸ A lei a que se refere o dispositivo, já que versará sobre Direito do Trabalho, é de competência privativa da União, nos precisos termos do art. 22, I, da CRFB, in Constituição Federal.

¹⁹ DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Op. cit. Bibliografia final.

No âmbito da Administração Pública Federal, o concurso público poderá ter qualquer prazo, desde que não exceda 2 anos (art 37, II), contando-se da data de homologação do resultado. O prazo de validade será o previsto no edital ou em lei específica²⁰.

Prevê-se a prorrogação do prazo de validade do concurso uma única vez e por igual período. (lei 8112/90, art 12, § 2º). Tal ato é faculdade Administração e deve ser exercida em prol do interesse público. Entretanto, embora a prorrogabilidade seja ato discricionário, a Administração não pode atuar de forma leviana e arbitrária em relação aos pretensos candidatos, mesmo estes sendo meros portadores de expectativa de direito, não podendo, pois exigir muita coisa do Poder Público, senão o mínimo de respeito aos seus direitos mais básicos.

Com relação ainda aos requisitos que regem o ingresso dos futuros servidores nos quadros da administração, temos que a CF estabelece linhas gerais, cabendo às leis, regulamentos e estatutos próprios disciplinarem mais especificamente as regras do certame.

É mister ressaltar que cabe ao princípio da igualdade ser o parâmetro maior objetivado quando tratamos de concurso público, pelo fato de que todos que preencham os requisitos legais poderão prestar concurso e concorrerem em igualdade de condições, como bem demonstra o art 5º, caput.

8 – OS REQUISITOS PARA A ADMISSÃO EM CARGO PÚBLICO AO LONGO DA NOSSA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL.

O texto constitucional de 1891 tratava o provimento dos cargos públicos de forma lacunosa, deixando para a norma infraconstitucional disciplinar quais seriam as condições de capacidade especial necessárias que o cidadão deveria possuir para ingressar no serviço público²¹.

Já a Constituição de 1934 estabelecia a exigência de prévia aprovação em concurso interno ou público de provas ou títulos para o ingresso em cargos públicos. Todavia, essa regra só se aplicava à primeira investidura nos postos de carreira das repartições administrativas²².

A Carta de 1964 manteve a exigência de prévia aprovação em concurso, só que agora tinha o caráter de público apenas para a primeira investidura em cargo

²⁰ MEIRELLES, Hely Lopes. Op cit.

²¹ Arts. 168, 169, §§ 1º e 3º da Constituição promulgada em 16 de julho de 1934, In Constituição do Brasil.

²² MELLO NETO, José Baptista. Op. cit.

de carreira e outros que a lei determinava.

Ainda no mesmo sentido, a Constituição de 1946 em seu art 186, afirmava que:

A 1ª investidura em cargo de carreira e em outros que a lei determinar efetuar-se-á mediante concurso, precedendo inspeção de saúde.

A Carta de 1967 inovou, tornando obrigatória a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, para o ingresso no quadros da Administração Pública (grifos nossos)²³ CRETELLA JÚNIOR, José. Op. cit. Bibliografia final.

Observamos, porém um retrocesso na Constituição de 1969 que restabeleceu a exigência de concurso apenas para primeira investidura em cargo público.

A atual Constituição, ao abolir, definitivamente, a expressão “primeira investidura”, tornou obrigatório o concurso para qualquer carreira, evitando assim, que o servidor seja aprovado para um cargo, por vezes mais fácil, e exerça outra atividade recebendo remuneração diversa do cargo para o qual passou.

Ao estabelecer a acessibilidade aos cargos públicos a todos os brasileiros a Constituição excluía, expressamente, os estrangeiros. Entretanto, com a emenda nº19 de 1998, esse direito de participação em concurso foi ampliado aos estrangeiros, observando, pois que para qualquer das nacionalidades há de ser observadas as especificações e requisitos legais. A exigência de concurso público garante a eficácia do princípio da igualdade de todos e o interesse da Administração em admitir os melhores.

Outra modificação observada na Constituição de 1967 é que os concursos só podem ser realizados sob a forma de provas ou de provas e títulos. Não há outra opção. Anteriormente, era-se permitido o concurso apenas de títulos dando margem à especulação e abrindo espaço para julgamentos parciais e viciados.

Conforme preleciona Fernandes, F.²⁴, a determinação de que os atos de admissão passem a ser necessariamente apreciados pelo Órgão de Contas teve o condão de preencher uma lacuna existente no ordenamento jurídico pré-constitucional, uma vez que os atos de admissão de pessoal eram prolatados e quaisquer que fossem seus defeitos passavam a vigorar sem nenhum questionamento,

²³ CRETELLA JÚNIOR, José. Op. cit. Bibliografia final.

²⁴ FERNANDES, Flávio Sátiro. *Admissão Irregular de Servidores Públicos e suas Consequências Jurídicas*. In Revista de Informação Legislativa, Brasília: ano 35, nº 137, janeiro/março de 1998, p. 7.

justamente pela falta de um exame ou verificação por um órgão a quem fosse dada atribuição de analisá-los e certificar a sua correção.

O E. Tribunal de Contas da União estabeleceu que a exigência de concurso público para admissão de pessoal se estende a toda a Administração Indireta, nela compreendidas as Autarquias, as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, as Sociedades de Economia Mista, as Empresas Públicas e, ainda, as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, mesmo que visem a objetivos estritamente econômicos, em regime de competitividade com a iniciativa privada²⁵.

Causa espécie o fato de que, mesmo com a objetividade dada pelo constituinte ao texto do inciso II do artigo 37 da Carta da República, fez-se necessária a adoção pelo TCU de súmula no sentido de que o comando constitucional alcance, como diz expressamente, a investidura em emprego público. E mais, conforme resta estabelecido textualmente no caput do artigo 37, os princípios constitucionais voltados para a atividade administrativa estatal incidem sobre a administração direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Espantosamente, muito embora a já mencionada clareza do texto constitucional, houve quem defendesse que a obrigação de observância ao estabelecido no inc. II do art. 37 da Lei Fundamental não alcançava as pessoas jurídicas de direito privado que integram a Administração descentralizada, desde que caracterizada como forma à exploração direta de atividade econômica pelo Estado. A própria Consultoria Geral da Presidência da República apresentou Parecer FC-2/89²⁶, com esse entendimento.

Como muita propriedade, afirma o Ministro Homero Santos²⁷ que a obrigatoriedade de prévia aprovação em concurso público para contratação de pessoal nas Entidades da Administração Indireta (incluídas nessa abrangência as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) não foi, em absoluto, decorrência de interpretação ou entendimento do TCU.

E continua o Ministro Santos:

²⁵ Súmula 231, aprovada na Sessão Administrativa de 08/12/1994, DOU de 03/01/1995, in Revista do Tribunal de Contas da União, v. 28, nº 74, out/dez 97, p. 309.

²⁶ Apud Jorge Ulisses Jacoby Fernandes in *Os Tribunais de Contas e o Controle Sobre as Admissões no Serviço Público*. In Revista do Tribunal de Contas da União, Brasília: TCU, v. 32, n. 90, out/dez 2001, p. 51.

²⁷ Decisão 236/92 - Plenário - Ata 22/92, Processo nº TC 006.658/89-0, Interessado: José Ignácio Ferreira, Órgão de origem: TELEBRÁS, sessão realizada em 13 de maio de 1992, in Revista de Direito Administrativo, v. 188, abr/jun. 1992, p 337.

É que, pelo novo regime jurídico-constitucional, inúmeras medidas foram adotadas, com vistas a um efetivo, moralizador e rigoroso controle dos gastos e admissões de pessoal na administração pública, direta e indireta, inclusive nas chamadas “estatais”, tais como:

a) exigência de prévia dotação orçamentária suficiente para concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta (art. 169, I);

b) proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, inclusive nas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público (art. 37 - XVI e XVII);

c) fixação de limite máximo e relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores, observados, como parâmetro, no âmbito do Poder Executivo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, pelo Ministro de Estado (art. 37 - XI);

d) investidura em cargo ou emprego mediante aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração (art. 37 - II).

Assiste razão ao Sr. Ministro. Não há como negar que o comando constitucional tem por destinatária toda a Administração Pública, e esta, como se sabe, abrange não só a Administração centralizada, mas também a descentralizada. Esta, por sua vez, compreende tanto as autarquias, quanto as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, quanto as Sociedades de Economia Mista e as Empresas Públicas.

O claro propósito do dispositivo em comento é a adequação do atuar da Administração ao princípio da moralidade insculpido no caput do art. 37 da Carta da República, uma vez que, a partir da efetivação do princípio do processo seletivo impessoal de agentes públicos setor estatal, especialmente para combater a prática assaz perversa do nepotismo, do apadrinhamento, do empreguismo no âmbito da Administração Pública.

O fato é que, após a promulgação da Carta de 1988, o ato administrativo de admissão de pessoal pela Administração Pública passou a ser entendido como

ato composto²⁸, só podendo surtir efeitos a partir a apreciação e do registro pelo Tribunal de Contas.

9 – A DISCRIMINAÇÃO POSITIVA E O PROCESSO SELETIVO IMPESSOAL DE AGENTES PÚBLICOS

A forma de seleção mediante concurso público desenvolveu-se na França e teve aceitação em muitos países devido ao fato de serem utilizados critérios objetivos e científicos, realizado através de bancas e comissões examinadoras competentes, sem prejuízo, todavia, de recurso para órgãos superiores.

Uma das características inerentes ao concurso público é a faculdade de que dispõe a Administração Pública de estabelecer as exigências e regras do certame a serem cumpridas pelos pretensos candidatos. Entretanto, esse poder é delimitado pelo devido respeito que deve ser observado aos preceitos estabelecidos no art 5º, caput, juntamente, com o art 3º, IV, que veda expressamente, distinções baseadas em sexo, idade, raça, credo religioso, dentre outros. Deve-se, pois, estabelecer as bases do concurso tendo em vista a igualdade para com todos os participantes.

Assim, Adilson Abreu Dallari refere-se à especificidade da questão da restrição ao acesso pela imposição de condições:

Entendemos que a Constituição veda restrições estabelecidas por puro preconceito. Assim sendo, tanto o estabelecimento de condições referentes à altura, idade, bem como ao sexo, poderão ser lícitas ou não, caso respeitem ou violem o princípio da isonomia, isto é, caso sejam ou não pertinentes, o que se verificará em cada caso concreto.

Tal preceito não quer dizer, todavia, que o texto constitucional vede qualquer forma de diferenciação. Ressalva-se, pois, as condições, objetivamente consideradas, que se mostrem necessárias ao desempenho da função pública. O que a CRFB veda são as exigências meramente discriminatórias. Portanto, é lícito quando a Administração faz a exigência de uma mulher para ocupar o posto de carcereira da penitenciária feminina, de outro modo não agiria o Poder Público; nem por isso, poder-se-ia suscitar discriminação em relação ao sexo do candidato. O que não seria justo, por exemplo, seria restringir um determinado concurso àqueles que já são servidores públicos²⁹.

²⁸ Fernandes, Jorge Ulisses Jacoby in *Os Tribunais de Contas ...* Op. cit. p. 55.

²⁹ BASTOS, Celso Ribeiro. Op. cit.

Outro tema polêmico a respeito da “discriminação positiva” é relativo aos deficientes físicos e o percentual de participação no serviço público que a lei lhes atribui³⁰.

O art 37, VIII, da Constituição Federal estabelece que: “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão”. Além disso, a lei 8112/90, regime Jurídico dos Servidores públicos, estabeleceu, em seu art 5º§ 2º, que seriam destinadas aos portadores de deficiência até 20 % das vagas oferecidas nos concursos públicos. Importa destacar que o dispositivo só tem aplicabilidade nas hipóteses em que o número de vagas seja igual ou superior a cinco.

Embora tais leis já estejam positivadas, não regulamentaram suficientemente a matéria. Cada edital estabelecia, da forma que melhor entendesse, como seria a participação dos portadores de deficiência nos concursos públicos, gerando dúvidas e especulações sobre o assunto. Aproveitando-se dessas incertezas e da prerrogativa da discricionariedade, a Administração muitas vezes preferia convocar candidatos não-deficientes, obrigando os lesados a pleitear seus direitos junto ao Judiciário.

Para coibir tais práticas e buscando integrar o deficiente à sociedade, foi editado o Decreto nº 3298, que em seu art 37, §1º afirma:

O candidato portador de deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de 5 % em face da classificação obtida.

O decreto tratou da participação dos portadores de deficiência no certame, entretanto observamos uma imensa lacuna no tocante às regras de convocação. O que ocorre muitas vezes é que o prazo do concurso se exaure e o deficiente que logrou primeiro lugar na lista de portadores de deficiência não é convocado.

Tal prática é absurda e condenável, constitui uma das formas de discriminação utilizada pela Administração Pública a quem é outorgado o poder de defender os direitos dos seres humanos e dos princípios democráticos. Agindo desse modo, somente contribui para aumentar as desigualdades que já tão gritantes em nosso país.

Outros aspectos polêmicos que envolvem o concurso público e que merecem destaque dizem respeito ao valor cobrado nas taxas de inscrições e a

³⁰ BARROS, Maria Magdala Sette. Portadores de deficiência e o concurso público.

natureza do direito do aprovado em ser nomeado³¹.

Tendo em vista, ainda o princípio da ampla acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas, observamos que a intenção do legislador foi que o concurso público abrangesse o maior número de pessoas possível. Entretanto, esse intuito vem sendo frustrado. Em primeiro lugar, os editais estabelecem exigências não essenciais ao desenvolvimento das atribuições do serviço público, tornando por vez impossível o cumprimento de determinadas exigências; em segundo lugar, os agentes do poder público tornaram o poder aquisitivo uma forma de exclusão, uma barreira a mais a que os candidatos estão submetidos. Trata-se de uma ilegítima restrição à competição.

O decreto nº 86.364 de 1981, estabeleceu que a cobrança do valor da taxa de inscrição correspondente a 2,5% na esfera federal da remuneração fixada para a referência inicial do cargo ou emprego. Uma vez que tal taxa somente seria suficiente para cobrir os custos do certame e os atos do poder público serem pautados não só na legalidade, mas também na legitimidade e economicidade.

Outro tema relevante é o direito de ser nomeado. A existência de direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado em concurso público suscita dúvidas: tem o candidato aprovado em concurso público direito à nomeação?

Em julgamento realizado no STJ, a colocação do Eminentíssimo Ministro Hélio Mosiman³², foi decidido que, in verbis:

Sabemos que o princípio norteador da matéria é o de que a aprovação em concurso público não obriga o candidato, ao qual aproveita mera expectativa de direito à almejada nomeação.

A realização do concurso, por si só, não obriga a Administração a nomear os candidatos classificados.

O que é pacífico na jurisprudência é o entendimento que a aprovação em concurso público gera mera expectativa de direito à nomeação durante o prazo de validade. O que não se pode dentro desse prazo é nomear os classificados de um concurso posterior, enquanto existirem concursados anteriores a serem nomeados, em violar a ordem de classificação. Qualquer burla a esse dois preceitos geraria ao candidato direito perante o Judiciário, cabendo, pois ao candidato - cidadão cujo direito foi lesado pleitear seu direito não só no Judiciário, mas também junto ao Tribunal de Contas, que embora ainda tenha insipiente projeção nesse campo, tenta de forma corajosa zelar pelo interesse público.

³¹ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. O concurso Público e os Direitos dos Candidatos.

³² Recurso em Mandado de Segurança 1585-3/MG, RSTJ 67/267.

Claro é que se a Administração oferece no edital um determinado número de vagas é evidente que os candidatos aprovados têm o direito a nomeação, já que não seria razoável que se realizasse um dispendioso e demorado concurso público para o provimento dos mesmos com a única finalidade de arrecadar o valor cobrado a título de inscrição.

A aprovação e classificação em concurso público não se confundem. A primeira é observada por aqueles que obtiverem o grau mínimo e se encontram na dependência da existência de vagas. Tanto os aprovados classificados quanto aos aprovados não classificados reconhece-se apenas o direito subjetivo à observância da ordem estrita de classificação para que se proceda à nomeação.

Para alguns autores, como Theófilo A. M. Filho e Francisco M. Dias³³, obrigar a Administração pública a nomear o candidato para o cargo público constitui-se numa violação ao princípio da separação dos poderes.

9. Implicações Jurídicas Resultantes da Inobservância do Princípio do processo Seletivo Impessoal de Agentes Públicos

No que diz respeito à contratação de pessoal que não atenda a exigência da prévia seleção por meio de concurso público, o ato da contratação é nulo, e nulos são os seus efeitos, sendo a autoridade responsável punida³⁴. Contudo tal entendimento não é pacífico nos tribunais, facilmente se verifica irregularidades em todo país.

Fernandes, F.³⁵ elenca as seguintes hipóteses de irregularidades:

- a) admissão sem a prévia aprovação em concurso público;*
- b) admissão mediante aprovação em concurso público cuja realização não seguiram os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e publicidade;*
- c) admissão mediante aprovação em concurso público regularmente instituído e realizado, mas violando a ordem de classificação oficialmente divulgada;*
- d) admissão mediante aprovação em concurso público regularmente instituído e realizado, mas procedida após decorrência do prazo de validade*

³³ MIGUEL FILHO, Theophilo Antônio; DIAS, Mauro Francisco. op.cit.

³⁴ ARMANI, Anderson Mangini. Op. cit.

³⁵ FERNANDES, Flávio Sátiro. Admissões irregulares de Servidores públicos e suas Consequências jurídicas.. In Internet – homepage da Amatra X, 1996.

do certame, com violação ao disposto no art 37, III;

e) admissão mediante qualquer uma das antigas formas derivadas de provimento, tais, como, transferência, enquadramento, etc.

Podemos apontar quatro correntes a respeito da contratação irregular, vejamo-las:

A primeira corrente é no sentido de que a contratação irregular não gerar nenhum efeito para o trabalhador, inclusive, havendo a possibilidade da própria Administração declarar como nula a contratação al posicionamento é liderado por Manoel Gonçalves Ferreira Filho onde reconhece que a relação de emprego é juridicamente impossível em razão do disposto no art. 37, II, da Constituição Federal. Não seria, pois a decisão mais justa, uma vez que o contratado seria penalizado em razão de algo que não deu causa, não pode ser condenado a ressarcir valores recebidos.

A segunda e mais radical corrente entende que a nulidade reconhecida tem seus efeitos no momento de sua declaração, não tendo o trabalhador o direito ao recebimento de seus direitos até o citado momento, não gerando, inclusive, efeitos para fins de Previdência Social³⁶.

Um outro posicionamento é o que entende que ao trabalhador são devidos os valores a título de salário sem qualquer sorte de outra verba, muito embora o contrato esteja eivado de nulidade não mais pode ser possível o estabelecimento da situação anterior.

O TST editou o Enunciado n° 363, afirmando que:

A contratação de servidor público, após a Constituição de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no seu art 37, II e § 2/, somente conferindo-lhe direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitando o salário-mínimo/hora.

A última corrente defende que são assegurados a todos os trabalhadores contratados pela administração todos os direitos previstos na CLT, incluindo anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social, independentemente da contratação ter sido realizada de forma irregular.

Todavia, pelo princípio da legalidade, toda contratação realizada sem a observância do preceito legal atinente ao art 37, incisos II e IX, é ato nulo e o

³⁶ Assim, p. es., quando anulada uma nomeação de funcionário, deverá ele repor os vencimentos percebidos ilegalmente, mas permanecem válidos os atos por ele praticados no desempenho de suas atribuições funcionais, porque os destinatários são terceiros de boa-fé em relação ao ato nulo. MEIRELLES, Hely Lopes. Op. cit.

responsável deve ser punido. Entretanto, não seria justo que esses efeitos recaíssem sobre quem nada teve a ver com a irregularidade, parece-nos fato que essas incidências devem recair sobre a Administração Pública.

Excelente entendimento é vislumbrado na decisão da 3ª Turma do TRT da 9ª região, no RO nº 2134/99, onde se afirma que:

Data vênia do reclamado, a interpretação isolada de textos legais não se mostra a mais apropriada. Se é certo que o capítulo destinado à administração pública o legislador impôs para a observância dos princípios da publicidade e moralidade, a prévia aprovação do servidor em concurso público, não é menos verdade, que no Título I, ao tratar dos princípios fundamentais, impôs como fundamentos, dentre outros, a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho(art 1º, III e IV).

Diante da análise dos vários aspectos dispostos nesse trabalho, constatamos que o concurso público é de forma, veemente, um instrumento que possibilita qualquer cidadão, desde que preencha certos ditames legais, a ingressar nos quadros da Administração Pública com condições de competir igualmente na disputa por uma colocação.

Destaca-se ainda, o dever-poder da Administração Pública de agir nos moldes estabelecidos na Constituição Federal, zelando sempre pelos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, e, de forma, especificamente, relacionada ao concurso pública, o princípio da igualdade. Tornando, desse modo, o referido instituto uma forma democrática de escolha, demonstrando respeito à cidadania.

10 – CONCLUSÕES

A partir das nossas investigações sobre o princípio do processo seletivo impessoal de agentes públicos, chegamos às seguintes conclusões:

Destaque-se que nem todos os cargos em comissão são de provimento absolutamente discricionário, uma vez que há reserva legal para o ditos cargos que serão preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos³⁷ e que é exatamente sobre esses cargos, nos quais as prerrogativas discricionárias da Administração Pública são significativamente reduzidas, que se pretende estender o alcance do controle.

³⁷ “as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.” Inciso V do art. 37 da CRFB.

A obrigatoriedade do cumprimento do princípio do processo seletivo impessoal alcança toda a Administração Pública, quer no provimento de cargos públicos efetivos, quer no preenchimento dos empregos públicos, sendo estes permanentes ou temporários.

Das formas de investidura em cargo público, a única que exige a prévia realização de concurso público de provas ou de provas e títulos é a originária.

O provimento de cargo público a partir da transformação de emprego em cargo é inconstitucional, mesmo aqueles empregos que foram preenchidos com observância ao princípio do processo seletivo impessoal de agentes públicos.

As consequências jurídicas do ato de admissão de pessoal que inobserva o princípio do processo seletivo impessoal se desdobram em duas: na primeira, o ato violador resta absolutamente inválido; na segunda, a autoridade responsável pela prática do ato será punida. É de se ressaltar que as consequências não se excluem. Isto é, não apenas o ato será reconhecido nulo, como o responsável será sancionado.

Se nula é a admissão de pessoal, quer pela nulidade do certame, quer pela falta deste, evidentemente nenhum efeito dela decorrerá. Daí resulta que nenhum direito, inclusive pecuniário, têm os servidores admitidos irregularmente.

O servidor/empregado nomeado/contratado em desarmonia com o princípio do processo seletivo impessoal, desde que tenha prestado serviços à Administração, terá assegurado o direito de permanecer com os valores percebidos a título de contraprestação, mas não fará jus a receber eventuais diferenças salariais e demais verbas indenizatórias em face da nulidade do ato de admissão.

Uma das leis que devem ser utilizadas - para sancionar as autoridades públicas responsáveis pela admissão de pessoal em afronta ao que instituem o inc. II do art. 37 da Carta de 1988 - é a de nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, que expressa e textualmente elenca entre os crimes de responsabilidade aqueles praticados contra a probidade na administração: infringir no provimento dos cargos públicos, as normas legais.³⁸

Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições e, notadamente, frustrar a licitude de concurso público.³⁹

³⁸ Art. 9º, 5, da Lei nº 1.079/50, in *Constituição Federal: Coletânea ...op. cit.*, p. 902.

³⁹ Art. 11, V, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as Sanções Aplicáveis aos Agentes Públicos nos Casos de Enriquecimento Ilícito no Exercício de Mandato, Cargo, Emprego ou Função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e dá outras providências, in *Constituição Federal: Coletânea ...op. cit.*, p. 491.

11 – BIBLIOGRAFIA

11.1. Livros

BARROSO, Luís Roberto. O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira. – 4ª ed. ampl. e atual. – Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

_____. Interpretação e Aplicação da Constituição: Fundamentos de uma Dogmática Constitucional Transformadora – São Paulo: Saraiva, 1996.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo – São Paulo: Saraiva, 1994.

BRAZ, Petrônio. O Servidor Público na Reforma Administrativa. - São Paulo: Editora de Direito, 1998.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. Teoria dos Atos Administrativos – São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Administrativo 13ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. Manual de Direito Administrativo: curso moderno de graduação. 6ª ed. – Rio de Janeiro: Forense, 1992.

DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. Direito Administrativo. - São Paulo: Atlas, 2001.

ENTERRÍA, Eduardo García de FERNÁNDES, Tomás Ramón. Curso de Direito Administrativo. São Paulo. Editora RT, 1991.

FREITAS, Juarez. O Controle dos Atos Administrativos e os Princípios Fundamentais. – 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 1999.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

HOBBS, Thomas. Do Cidadão. trad., apres. e notas Renato Janine Ribeiro; coordenação Roberto Leal Ferreira – São Paulo: Martins Fontes, 1992. – (Coleção Clássicos).

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Contratação Ilegal de Servidor Público e Ação Civil Pública Trabalhista. - Belo Horizonte: Editora RTM Ltda., 1996.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: editora RT, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 21º ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. Regime Constitucional dos Servidores da Administração Direta e Indireta. 2ª ed. rev. atual. e ampl. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição.- trad. da edição portuguesa - Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MORAES, Germana de Oliveira. Controle Jurisdicional da Administração Pública- São Paulo: Dialética, 1999.

MUKAI, Toshio. Direito Administrativo Sistematizado. - São Paulo: Saraiva, 1999.

PEREIRA, Cláudia Fernandes de Oliveira. Reforma Administrativa: o Estado, o Serviço Público e o Servidor. 2ª ed. Rev. e ampl.- Brasília: Brasília Jurídica, 1998.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. O Servidor Público na Constituição de 1988. - São Paulo: Saraiva, 1989.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Princípios Constitucionais da Administração Pública. - Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais – 3ª ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

11.2. Artigos

ALEXY, Robert. Colisão de Direitos Fundamentais e Realização de Direitos Fundamentais no Estado de Direito Democrático. Trad. Heck, Luís Afonso. In Revista de Direito Administrativo, 217. Rio de Janeiro: Renovar, jul./set. 1999, pp 67/79.

_____. Direitos Fundamentais no Estado Constitucional Democrático. Trad. Heck, Luís Afonso. In Revista de Direito Administrativo, 217. Rio de Janeiro: Renovar, jul./set. 1999, pp 55/66.

ARMANI, Anderson Mangini. Implicações jurídicas da contratação pela Administração Pública de servidor/empregado sem prévia aprovação em concurso público. Jus Navigandi, Teresina, a. 7, n. 61, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3581>>. Acesso em: 21 set. 2003, às 19:50h.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Constituinte e Segurança Pública. Brasília: Revista de Informação Legislativa, 1987.

_____. Teoria Geral dos Procedimentos de Exercício da Cidadania Perante a Administração Pública. In Revista de Direito Administrativo, 207. Rio de Janeiro: Renovar, jan./mar. 1997, pp 39/78.

BARBOSA, Ruy. Oração aos moços, 1921. Disponível em <http://www.profpito.com/index.html>, acessado em 27.09.03, às 20h.

BARROS, Maria Magdala Sette de. Portadores de deficiência e o concurso público . Jus Navigandi, Teresina, a. 6, n. 54, fev. 2002. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2639>>. Acesso em: 21 set. 2003, às 19:30h.

COSTA, José Moacir Cardoso da. Experiência do TCU NAAUDITORIA DE PESSOAL. In. revista de Direito Administrativo- 185. Rio de Janeiro: renovar, jul./set. 1991, pp 33/41.

DALLARI, Adilson de Abreu. Administração Pública no Estado de Direito. in. Revista Trimestral de Direito Público n° 5- São Paulo: Malheiros, 1994, pp. 33/41.

DIAS, Francisco Mauro; MIGUEL FILHO, Theóphilo Antônio. Aprovação em concurso Público e direito Subjetivo à nomeação. In Revista de Direito Administrativo, 228. abril/jun. 2002, pp 177/182.

FERNANDES, Flávio Sátiro. Admissão Irregular de Servidores Públicos e suas Consequências Jurídicas. In Revista de Informação Legislativa, Brasília: ano 35, n° 137, janeiro/março de 1998, pp. 5/12.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Concurso público e os direitos dos candidatos . Jus Navigandi, Teresina, a. 3, n. 32, jun. 1999. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=389>>. Acesso em: 21 set. 2003, às 19h.

FERRAZ, Sérgio. O Controle da Administração Pública na Constituição de 1988. In. Revista de Direito Administrativo- 188. Rio de Janeiro: Renova, abr./jun. 1992, pp.64/73.

SANTOS, Waldir. Concurso público. Uma ferramenta democrática subutilizada. Jus Navigandi, Teresina, a. 7, n. 62, fev. 2003. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3726>>. Acesso em: 21 set. 2003, às 19:45h.

SILVA, José Afonsa da. A dignidade da Pessoa Humana como Valor Supremo Da Democracia. In Revista de Direito Administrativo – 212. Rio de Janeiro: renovar, abr./jun.1998, pp 89/94.

VASCONCELOS, Telmo da Silva. O Princípio da Acessibilidade aos Cargos Públicos e as Hipóteses Constitucionais de Admissão.

11.3. Dissertações

MELLO NETO, José Baptista de. O Tribunal de Contas no Exercício do Controle dos Atos de Admissão de Pessoal: um instrumento de garantia dos direitos do cidadão. Dissertação de Mestrado. UFPE, 2003. N.P.

11.4. Eestudos e Comentários

SUNDFELD, Carlos Ari. Efetivação de Servidores Celetistas e Concurso Público. In Revista Trimestral de Direito Público n° 4- São Paulo: Malheiros, 1993, pp. 10179/189.

11.5. Jornais

Diário do Pará, edição do dia 25.08.2003.